
DECIFRANDO OS SIGNIFICADOS DOS COMPORTAMENTOS ETÍLICOS NAVAIS DE PACIENTES MILITARES

ELIZABETH ESPINDOLA HALPERN
LIGIA MARIA COSTA LEITE

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psiquiatria. RJ - Brasil

RESUMO

O alcoolismo entre os militares passou a ser objeto de atenção especial na Marinha do Brasil a partir da criação do Centro de Dependência Química (CEDEQ) em 1997, quando se constatou que ele era um problema relevante na vida militar. Objetivou-se compreender os significados dos comportamentos etílicos navais dos pacientes militares do CEDEQ, em particular daqueles relacionados ao cotidiano laborativo. Adicionalmente, examinou-se os fatores que determinam a mudança de perspectiva da instituição sobre o ato de beber: de tradição para desvio. Empregou-se o método etnográfico, através da observação participante em dois grupos terapêuticos, cada qual composto por cerca de dez integrantes, durante um período de quatro anos. Os resultados indicaram que o alcoolismo desses militares e seus comportamentos etílicos possuem um significativo viés sociocultural que aponta para a existência de questões mais profundas da organização, um sintoma institucional que revela a presença de embates nas relações de poder.

Palavras-chave: Alcoolismo; militares; cultura.

ABSTRACT

DECIPHERING THE MEANINGS OF NAVY ETHYLIC BEHAVIORS OF MILITARY PATIENTS

Alcoholism in the army became a matter of special attention in the Brazilian Navy since the creation of the Center for Chemical Dependency (CEDEQ) in 1997, when it began to be seen as a major problem in to the military life. The objective of this article was to understand the meanings of the navy ethylic behaviors of military patients of CEDEQ, particularly those related to daily labor. In addition, the factors which determine the institution's change of perspective about drinking: from tradition to deviance. The ethnographic method was applied using participant observation in two therapeutic groups, each consisting of about ten members, during a period of four years. The results indicated that the alcoholism of these militaries and their ethylic behaviors have a significant social-cultural meaning that points to the existence of deeper issues into the organization, an institutional symptom that reveals the presence of tensions in power relations.

Key words: Alcoholism; military Personnel; culture.

INTRODUÇÃO

A conexão entre o consumo de bebidas alcoólicas e a vida nos oceanos, presente no imaginário popular, é estabelecida de forma automática, permitindo a fácil evocação de um cenário onde marujos ébrios comemoram seus feitos em tavernas, cantam desafinados versos que relembram suas proezas viris e erguem canecas para mais um brinde. Marinheiro e rum transformam-se em um par perfeito, dupla inseparável, previsível e até desejável, submersos em hábitos etílicos, farras, camaradagem, em um clima festivo e descontraído, ansiosos após longos dias de labuta no mar.

Trata-se de um processo de naturalização do consumo de álcool entre homens dos mares que acompanha o homem ocidental há séculos até a atualidade, fazendo-se presente no âmbito da Marinha do Brasil (MB) como prática tradicional, onde ocorre a ritualização de mecanismos de agregação, não só em eventos e solenidades, mas também durante a execução de muitas atividades diárias. Neste universo, a tradição de beber expressa uma forma de sociabilidade, um fator de integração entre camaradas e de fortalecimento do espírito de corpo, intrínseco aos códigos de ingresso e de permanência em grupo.

A despeito do que é preconizado nos regulamentos navais brasileiros, que consideram como contravenção disciplinar embriagar-se ou apresentar-se a bordo em estado de embriaguez, a *cervejinha* e a *caipirinha* são oferecidas com fartura em almoços semanais nas unidades militares, cujo cardápio inclui *dobradinha* ou *feijoada*. Acordos tácitos prescrevem a forma de beber e amparam o consumo extra-oficial induzido e estimulado por pares e superiores hierárquicos. A distribuição da *cachaça* durante as *baldeações* (limpeza dos navios) é vista como um elemento coadjuvante decisivo à boa realização das *faxinas* (tarefas). Porém, se uma garrafa é achada nas inspeções regulares dos alojamentos em algum armário, a lei incidirá sobre o militar, cabendo-lhe punição (Brasil, 1983).

O tênue limite entre o permitido e o proibido aponta para a sutil fronteira entre tradição e desvio, ficando o seu veredito à mercê do exame subjetivo e do contexto vigente. A percepção inconstante sobre o que é certo ou errado indica a existência de uma ambivalência institucional relativa ao tema do consumo de álcool a bordo que se faz presente, ora aplicando-se o regulamento: punindo; ora estimulando a adesão ao “copo”: festejando; ora encaminhando o indivíduo para o Centro de Dependência Química (CEDEQ): tratando; e, ora desligando-o do serviço ativo: expurgando (Halpern, Ferreira e Silva Filho, 2008).

Considerando este cenário, o objetivo deste estudo foi o de compreender os significados dos *comportamentos etílicos navais* dos pacientes do CEDEQ, em particular os relacionados ao cotidiano laborativo. Adicionalmente, foi realizado o exame dos fatores que produzem a mudança de perspectiva da instituição sobre o ato de beber: de tradição para desvio. Cabe ainda ressaltar que a pesquisa foi deferida pelo Comitê de Ética em Pesquisa da MB, cadastro FR nº 306557 e CAAE nº 0021.0.221.000.09. Os pacientes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido concordando que as entrevistas fossem gravadas em MP3. Pseudônimos foram dados para preservar a identidade dos participantes.

MÉTODO

Foi realizada uma pesquisa etnográfica, através da observação participante (Malinowsky, 1984; Minayo, 2006; Minayo, Deslandes e Gomes, 2007), em dois grupos terapêuticos do CEDEQ ao longo de quatro anos, visando compreender a complexidade da construção do fenômeno do alcoolismo na esfera institucional, no contexto do tratamento ambulatorial em uma unidade militar naval – CEDEQ (Yin, 2005). Este método auxiliou a decifrar significados dos desvios desses pacientes e viabilizou uma aprendizagem reflexiva, tendo como princípio a perspectiva interacionista (Whyte, 1943/2005), ou seja, compreendendo que os indivíduos são produto da interação social (Blumer, 1986; Mead, 1982).

A coleta e interpretação dos dados se fez de forma interativa e não sequencial (Tesch, 1990), muitas vezes de modo retrospectivo, circular (Whitley e Crawford, 2005), acompanhando a evolução do raciocínio de uma das pesquisadoras, que também é uma das terapeutas dos grupos (cada grupo é conduzido em co-terapia), bem como militar e Chefe do CEDEQ. O seu posicionamento na instituição permitiu mapear um mundo: “...cada pessoa está ‘posicionada’ em virtude de um padrão singular formado pela reunião, nessa pessoa, de partes de diversas correntes culturais, bem como em função de suas experiências particulares” (Barth, 2000, p. 137). Por pertencer a esse contexto e realizar observações durante um período longo (Hughes, 1960), ela desenvolveu um conhecimento profundo, ainda que limitado e parcial, divisando um ângulo de análise que se descortina pelo ponto de vista do observador e do observado; verdade parcial que se extrai em meio a um emaranhado de discursos múltiplos, de mundos distintos e simultâneos, atravessados por correntes (*streams*) de tradições culturais. “A construção cultural que fazem da realidade não surge de uma única fonte e não é monolítica” (Barth, 2000, p. 123).

O método etnográfico permitiu compreender a verdade pela perspectiva dos indivíduos (Spradley, 1979), incluindo questões como opressão, conflito, luta e poder. O emprego da etnografia crítica (Schwandt, 1997) permitiu a inspeção de organizações como a MB, examinando seus contextos histórico, social, cultural e político (Fossey, Harvey, McDermott e Davidson, 2002). Inferências e reflexões de suas trajetórias pessoais e sobre suas vivências na instituição naval foram obtidas pela observação direta e registradas em um diário de campo (Malinowski, 1984) após as sessões terapêuticas, sem interromper o fluxo da terapia grupal.

Contexto

A criação do CEDEQ em 1997, um ambulatório encarregado do atendimento aos usuários de drogas, representa uma iniciativa pioneira da MB, dando início às ações voltadas à dependência química. Localizado no Hospital Central da Marinha (HCM), uma equipe multiprofissional com formação em Psicologia, Psiquiatria e Serviço Social acompanha membros da tripulação naval, por meio de terapia de grupo, individual e apoio medicamentoso.

Embora a MB tenha avançado muito, propondo ações preventivas e de reabilitação, pouco foi investigado quanto às suas causas e consequências, ainda inexistindo levantamentos e pesquisas para

se avaliar a sua dimensão. De fato, os efeitos perniciosos do uso de álcool no ambiente laboral ao trabalhador e à organização são pouco discutidos no âmbito militar.

Apesar de o CEDEQ estar aberto a todo o pessoal militar da MB, a partir da idade de 18 anos, a totalidade (100%) dos pacientes faz parte da carreira das Praças (no feminino), com as graduações: Soldado ou Marinheiro, Cabo, 3º Sargento, 2º Sargento, 1º Sargento e Suboficial, em ordem crescente de hierarquia. Eles correspondem a uma maioria numérica da MB, base da pirâmide da cadeia de comando. Os Oficiais, por sua vez, raramente vão ao CEDEQ, optando por consultas particulares e medicamentosas.

Os dois grupos eram formados por cerca de dez integrantes cada, com idades entre 21 e 62 anos, todos Praças. Vale destacar que este ambulatório se encontra em uma unidade militar que faz parte da Marinha, sendo visto pelos próprios pacientes como uma extensão do espaço laboral. Eles compartilham a mesma realidade e estão sujeitos aos mesmos códigos, normas, estrutura e linguagem, sendo “colegas de farda”.

RAÍZES DO DESVIO A PARTIR DO MODELO DE PROFISSIONAL MILITAR NAVAL

Uma análise sobre como se construiu o modelo de profissional militar naval ajuda a entender como se dá o afastamento desse protótipo, configurando o desvio. A gênese se expressa no modelo do embate emblemático entre duas lógicas na Inglaterra do século XVI entre oficiais-marinheiros e oficiais-*gentlemen*. Os primeiros, representados por Francis Drake, “homens do mar” com atributos náuticos artesanais desenvolvidos pela prática rústica, impostas pelas embarcações movidas à vela; os segundos, representados pelo seu rival, Thomas Doughty, “marinheiros de água doce”, cortesãos e militares de hábitos eruditos. A disputa ilustra as tensões presentes em um novo quadro institucional e profissional, militar e náutico, resultado das exigências da expansão marítima e aumento das rivalidades nos mares (Elias, 2001). Como resultado, surgiu um novo *establishment* especializado, a Marinha, por tentativa e erro, fruto da interação entre técnicas e exigências sociais (Ginsberg, 1931 como citado em Elias, 2001), acompanhando a formação dos Estados.

A manutenção e crescimento do Estado nacional europeu, uma das maiores invenções do mundo ocidental, era assegurado pela capacidade de guerrear (Gilbert, 2001), sendo preciso recrutar soldados para abastecer seus exércitos (Elias, 1987). Porém, era necessário convencer o povo a ser um soldado-cidadão do exército permanente (Marinha do Brasil, 2007). De modo a conferir uma inspiração heróica para combater, introduziu-se um vínculo espiritual baseado na confiança-disciplina para reduzir a aversão ao recrutamento e a indiferença pelas causas das batalhas (Gilbert, 2001). A inovadora “ideia-argamassa” de patriotismo conferiu um elo transcendental entre a pátria e combatentes como uma obrigação moral e dever universal, alterando a anterior missão do cavaleiro medieval de lutar para servir a Deus. Esse foi um cimento basilar que uniu os cidadãos em prol de uma causa que os motivasse ao recrutamento voluntário, oferecendo-lhe a própria vida em sacrifício (McBeth, 1977). A unidade nacional ainda requer este modelo assentado na obediência e amor incondicional à pátria, assim como obrigação militar, obediência às leis e pagamento de impostos (Palmer, 2001). “A

própria guerra tornou-se uma experiência homogeneizadora, à medida que os soldados e marinheiros representavam toda a nação” (Tilly, 1996, p. 181).

Inspirada nesse cenário, a Marinha brasileira estabeleceu os valores e ética fundamentais ao militar brasileiro, dispostos no Estatuto dos Militares (Brasil, 1980). Em oposição ao protótipo vigente, o desvio passou a ser identificado, assim como foram acionados os mecanismos de controle na forma de regulamentos e punições.

MARINHEIROS “DÓCEIS” E MARINHEIROS “MARGINAIIS”

Com a criação do Decreto de 1850, o papel da MB foi redefinido e a própria nacionalidade brasileira foi construída. Por meio dele, exigia-se a instrução especializada de seu contingente, enfatizando os méritos pessoais na carreira e impedindo que os anteriores critérios de afinidades prevalecessem (Schulz, 1994). Aos poucos surgiu o militar estrategista em substituição ao perfil de marinheiro formado no convés do navio mais afeito à navegação e marinagem (Huntington, 1997).

A criação desse protótipo passou a identificar os que se alinhavam ou se afastavam dos novos critérios. Com efeito, uma legião de desviantes foi apontada, erigindo-se uma fronteira entre os marinheiros “dóceis” e os “marginais”, a partir de uma lógica que incorporava classificações de comportamento “certo” e “errado”.

Os corpos dóceis eram úteis, produtivos e submissos, submetidos a operações viabilizadas pela disciplina que estabelecem limitações, proibições ou obrigações, organizando espaços complexos, ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos (Foucault, 2007). Destarte, a distribuição dos militares em compartimentos estanques distinguiu os que estão “na marca” (em conformidade com as normas) dos que são “churrasco” (marginais).

A filosofia prussiana de Frederico II, que concebia que a liberdade do cidadão nada mais era do que o cumprimento das ordens do Estado, e o famigerado Código draconiano do Conde de Lippe, considerado monstruoso, modelaram os primeiros regulamentos navais do Brasil. Ambos apostavam no poder correccional como único instrumento capaz de lidar com toda a sorte de “marginais”. Frederico II alertava que o soldado deveria temer seus oficiais mais do que seus inimigos (McBeth, 1977).

Porém, os regulamentos navais continuaram sob a influência do espírito draconiano até a Revolta da Chibata, quando mais de dois mil marinheiros se rebelaram contra os castigos físicos que ainda eram aplicados pela oficialidade de forma arbitrária e degradante aos subalternos (Rodrigues, 2004).

Interessante observar que o próprio mecanismo do recrutamento permitiu que as bases das organizações militares do Brasil fossem formadas pelo ingresso de “desviantes” que eram alvo do açoite. Patrulhas militares ou da polícia faziam incursões noturnas para prender os mais variados malfeitores: vadios, ladrões, desordeiros e alcoólatras, fazendo deles marinheiros ou soldados (Greenhalgh, 1998). Na verdade, no Brasil imperial, a conscrição se fez através da *economia moral do recrutamento*, ato de recrutar os que não se encontravam sob o abrigo das redes sociais de proteção, tendo como alvo os indivíduos “improdutivos” da sociedade, que tinham um comportamento inaceitável ou a ser corrigido. Ele ocorria de forma arbitrária, imprevisível e errática, à mercê das *liturgias*, ou

seja, da participação não remunerada e voluntária de notáveis locais através da lógica da *dádiva*, troca silenciosa de favores por meio de pactos e barganhas (Mendes, 1998).

Tomava-se como certa a existência de pessoas da pior espécie que já teriam sido recrutadas como as “fezes da população”. Os conscritos eram compelidos a desempenhar papéis e a ocupar espaços sociais obedecendo às demarcações entre oficiais e subalternos, situação que legitimava o exercício das práticas punitivas (Arias Neto, 2001). O número de chibatadas dirigidas à “escória” variava de acordo com a infração: nos casos de embriaguez, 25 chibatadas por dia, encenadas em cerimônia solene, dramatizando a sua imposição (Greenhalgh, 1998). O castigo era aplicado conforme as disposições dos Artigos de Guerra (Brasil, 1841), segundo a “praxe” (costume) das embarcações e a vontade dos comandantes, com objetivos corretivos, pedagógicos, exemplares e disciplinares.

Paradoxalmente, o militar recrutado era o avesso do modelo esperado de soldado-cidadão. Estigmatizado de forma indelével, acabava sendo afastado, transformando-se em *refugo humano* (Bau- man, 2005). De fato, sua imagem correspondia ao estereótipo do sujeito de moralidade duvidosa, freqüentador de prostíbulos, violento e alcoólatra (Rodrigues, 2004). Além disso, as sofríveis condições de recrutamento e de vida no interior da organização militar sacramentavam sua má fama, consolidando sua *carreira moral* baseada em crenças perniciosas a seu respeito (Goffman, 1961/1992).

As observações conduzidas no CEDEQ levam a crer que os pacientes sejam “herdeiros indóceis” dos “antepassados” recrutados à força, reproduzindo, por meio de seus “comportamentos etílicos”, uma espécie de resistência à estrutura disciplinar da vida militar.

PACIENTES DO CEDEQ: PROTÓTIPO DO DESVIO

Neves (2004) assinala que cada sociedade dispõe de um catálogo de motivos que referenciam os modos e oportunidades de beber. Contudo, para que o consumo de etílicos e as práticas sociais associadas sejam aceitos pela organização, as formas de beber prescritas devem ser seguidas, caso contrário, o “mal” bebedor será proscrito. Banido por infringir as regras de etiqueta, ele compromete a mecânica cerimonial que determina e consolida o lugar do sujeito na hierarquia e seu grau de pres- tígígio (Elias, 1987). Um paciente do CEDEQ elucida esta questão:

*Se o sujeito não chamar a atenção, ele pode até beber muito, mas tem que ficar quieto no alo-
jamento. Aí, não vai dar problema. É só você não trazer problema pro Comando de uma vez só.
Senão, ele vai ter que tomar alguma providência, sabe! Não pode mexer com a liderança dele.*

De fato, não se trata de um problema restrito à esfera do consumo de bebidas alcoólicas, mas ao rompimento de um protótipo, o do soldado servil, obediente e disciplinado. Ao beber de forma indevida e, conseqüentemente, ao se comportar de forma descontrolada, ele desestabiliza a pirâmide hierárquica, pilar de sustentação da cadeia de comando e espinha dorsal do sistema militar, tornando-se indesejável. “*Em várias sociedades não é o álcool que é condenado, mas o comportamento desviante dos indivíduos. Em consequência, há uma recorrente valorização do homem que sabe beber sem se alcoolizar e sem interferir no desempenho de papéis a ele atribuídos*” (Neves, 2004, p. 9).

A aplicação de medidas padronizadoras busca homogeneizar diferenças desde o processo de admissão, sendo necessária a *morte civil*, isto é, uma série de mecanismos de perda e de mortificação (Goffman, 1961/1992). A incorporação da identidade militar requer que o novato se enquadre, submetendo-se a exames clínicos, corte de cabelos, uso de uniformes e do nome de guerra. É uma “formatação” perpetuada ao longo da carreira, assegurando o nivelamento e o controle para não ocorrer o desvio.

Coloca-se em aberto a reflexão sobre o significado do ato desviante tal como é avaliado na MB, em particular do “comportamento ético”. Mais do que ser uma questão da alçada médica ou administrativa, ele é um discurso que conta as vivências das minorias. A experiência dos pacientes desnuda o sofrimento de uma classe subalterna desprivilegiada que há décadas experiencia mazelas oriundas de um sistema que não a favorece ou protege. Trata-se de um comportamento “marginal” que se nega a ser “enquadrado” e que, ao escapar às normas organizacionais, extravasa o que não foi contido, manipulado, amoldado ou reprimido. A adicção do paciente também é um sintoma da própria organização.

O ético produz uma desinibição, autoriza o paciente a contar, desavergonhadamente, o que todo mundo sabe, mas que não ficaria bem mencionar de “cara limpa” (sóbrio). A adicção é porta-voz de gritos emudecidos, um atalho que narra o infortúnio de muitos. Sofrimentos vividos na própria pele e na de antecessores recrutados à força, “escória” imprestável, múltiplas vezes condenada às *espadadas* ou às *presigangas* (embarcações presídios) (Greenhalgh, 1998). Na atualidade, é possível identificar os resquícios de uma violência remota, anteriormente performatizada pela *chibata*, presentes pela aplicação do crivo inclemente, vacilante e impreciso que tenta demarcar as fronteiras entre o aceitável e o inaceitável. No cotidiano naval, a *chibata* de outrora é substituída pela “caneta” e pelo “papel”, ou melhor, a aplicação dos regulamentos, as exigências administrativas e burocráticas têm primazia em detrimento do elemento humano:

‘Ele já te puniu alguma vez?’ [entrevistadora]. Ih, já perdi até a conta! A solução que o Encarregado dá é colocar no Livro [Livro de Contravenções]. A solução é essa, entendeu?! Não dá vontade nem de ir pra bordo. ‘Você acha que a vida de bordo facilita beber?’ [entrevistadora]. Muito! Aquele stress, né!? Viaja muito, porque é navio patrulha. Depois que eles me mandaram pro navio é que recomecei a beber.

Adicionalmente, o *jogo do olhar* (Foucault, 2007) que aciona a vigilância hierárquica dá vida à Ordenança Geral para o Serviço da Armada (OGSA) (Brasil, 1987). Desmascara, por meio de técnicas coercitivas, os que não respondem às exigências laborais. As regras navais exortam os militares a zelar pelo funcionamento da organização de forma exemplar e em constante *supervisão*, considerando que todos são individualmente responsáveis, dentro de sua esfera de ação, por negligência, imprevidência, fraqueza ou falta de energia no cumprimento de deveres e de atribuições. Este panorama indica como é fácil o militar cometer erros.

Sinceramente, não dá pra entender o tratamento que eles nos dão! A gente fica confuso! A gente entra na Marinha pensando que é aquela coisa bonita, vendo na TV as manobras, os

navios. Mas o foco principal é varrer e pintar, não tem perspectiva de carreira. A Praça acaba aceitando, se o sujeito se queixa é pior. Eles punem de qualquer jeito, mesmo quando a gente tem justificativa.

Alcoolistas ou não, geralmente de origem humilde, são “marginais” de nascença, oriundos de lares fragmentados e vidas retalhadas. Com horizontes estreitados, seu futuro é incerto, precisando remendar falhas ancestrais e lacunas históricas. Vacilantes, percorrem uma estrada que sorri aos mais afortunados, que desafia a passagem dos mais “fracos” e menos “equipados”. Iniciam a senda em franca desvantagem, duramente julgados e inexoravelmente empurrados para os “lixões” (Bauman, 2005).

O desvio não é uma qualidade intrínseca do sujeito, mas produto de uma relação social - *ação coletiva* - entre “desviantes” e “não-desviantes”: os primeiros são acusados ou identificados pelos segundos, pela aplicação bem sucedida de um rótulo de *outsider* (Becker, 1963, 1977). O desviante é definido por regras impostas e inventadas por certos grupos, devendo ser aplicadas publicamente para sacramentar as fronteiras entre o que será considerado certo e errado. Normas amalgamadas a valores que, por serem ambíguos, servem a interesses particulares, conferindo interpretações variadas às regras. Estas, por sua vez, são acompanhadas por agências e funcionários de imposição encarregados de cumprir a missão institucional (Becker, 1977). Tal dinâmica empurra o sujeito dissonante à posição marginal por toda a coletividade, conforme esclarece um paciente do CEDEQ:

Eu fico chateado. Sou Sargento antigo e passo o dia todo fazendo trabalho de boyzinho [menos graduado]. Não era pra eu estar de picareta na mão abrindo buraco. Fico humilhado porque os campanhas são os primeiros a fazer guerra [zombar]. No rancho [refeitório], me isolam, não chegam nem perto de mim. Fica chato eu fazer serviço de mais moderno [menos graduado]; não que eu me importe de suar a camisa. Não tenho vergonha de trabalho braçal, até gosto! Quando trabalho assim, nem dá tempo pra pensar em bebida, em tristeza. É que isso me deixa humilhado perante os colegas; eles perdem o respeito.

As posições entre os desviantes/*outsiders* (Praças) e estabelecidos (Oficiais) são relativas, dependem do grau de coerção sobre as partes. Guardam entre si uma relação de complementaridade e de interdependência: as Praças são compelidas a ocuparem lugares de inferioridade e de submissão perante os Oficiais, internalizando crenças depreciativas sobre si mesmas. Obedecendo às características intrínsecas da cadeia de comando, estas figurações de dominação se reproduzem, estabelecendo novos gradientes de poder (Elias e Scotson, 2000).

A DIMENSÃO SOCIOCULTURAL DO ALCOOLISMO

A visão sobre “comportamento alcoolista” neste estudo se liga à noção de que ele é constituído pelo meio, desde a sua produção até a sua punição no seio da organização naval. Coloca-se em

relevo a existência de uma *política do cotidiano* (Velho, 1981), de questões políticas capazes de determinar quais regras serão impostas, os atos que serão desviantes e indivíduos que serão rotulados como *outsiders* (Becker, 1963). Tendo em vista que a construção da realidade tem um viés social, os atos devem ser contextualizados, considerando a sua intrincada rede de significados - *webs of significance* - (Weber, 1994), ou ainda, a rede social de significados - *web of social meanings* - (Geertz, 1973), assim como as diferenças de *ethos* e de visão de mundo de seus integrantes (Velho, 1994).

Neves (2003) considera que o estudo das diferentes formas de beber e do alcoolismo não deve supervalorizar as dimensões fisiológica e psicológica. “*O fenômeno é da ordem das totalizações que acenam e iluminam a compreensão de inúmeros domínios da vida social e institucional*” (p.15). Logo, interessa entender os significados desse fenômeno, quais os desequilíbrios que ele denuncia em um dado contexto (Faizang, 1996). Mais do que ser um traço patológico, o uso do álcool faz parte de uma prática constitutiva do vínculo social, um modo de vida, um traço da cultura, cujas funções sociais ou simbólicas mudam de acordo com o contexto de seu uso (Douglas, 1987; Fainzang, 2007).

Há uma tendência automática de se considerar o comportamento do militar alcoólico como desviante na acepção de inadaptação, doença ou contravenção, julgado pela perspectiva da patologia, impregnado de juízos de valores e de preconceitos, relacionados à (*in*)capacidade laboral. Mediante o seu diagnóstico, a prescrição apontaria para uma terapêutica ou para a aplicação da sanção disciplinar visando recapacitá-lo para o trabalho.

Eles querem você lá [a bordo], feito um boneco, mesmo que não consiga fazer nada. Você fica lá pra preencher uma lacuna, ou te dão um pincel pra pintar o chão. Nós não somos preparados pra guerra, ninguém pensa nisso! Ainda bem, até porque nossos navios tão todos quebrados.

Elias (1987) considera que na esfera profissional são tomadas as primeiras medidas de moldagem da sociedade, o que leva à tomada de medidas enérgicas quando surge um problema. Porém, o surgimento do comportamento contraditório pode estar apontando a emergência de um novo estilo de vida, ordem social ou equilíbrio cultural. Na verdade, os comportamentos sociais *anômicos* possuem claras regularidades sociológicas e outro tipo de estrutura social (Durkheim, 1897/1979). O modelo hegemônico de soldado-cidadão (“nômico”) tende a formatar indivíduos com elevado conformismo às normas impostas, associado ao sentido de “normalidade” reinante.

Eu sabia que ia ter que varrer, pegar no pesado. Eu via os recrutas do Exército varrendo, achava bacana, tudo bonito, trabalhando em conjunto. Mas eu não sabia que ia ter que fazer isso o tempo todo. Achava que a vida do militar era mais operativa, nas manobras. Fazer o quê?! Tem que aceitar. A Marinha é assim: é varrer e pintar pra autoridade achar que tá tudo bem, que não tem problema, pra pagar uma imagem!

Rompendo com a tradição vigente, os pacientes do CEDEQ, através de seus comportamentos “indomáveis”, podem estar questionando, secretamente, a própria vocação militar, sinalizando uma frustração com a carreira:

Olha só! Eu nunca pensei em guerra, até gostaria de participar de missão de resgate de um navio desses em alto mar. Guerra: acho que ninguém pensa. Eu era muito mais patriota, quando estudava na escola aquela matéria de Moral e Cívica, a turma cantava o hino nacional todo o dia. Era legal!

Centeno (2002) esclarece que a propensão à guerra não é uma vocação universal, mas o resultado de uma aprendizagem: aprender a lutar. O Brasil e outros Estados latinoamericanos não desenvolveram a capacidade ideológica ou organizacional para a guerra por não ter sido contemplada em seu *cardápio estratégico*, sobretudo em razão de uma mentalidade militar não-beligerante. Suas sociedades não têm os *repertórios culturais* da guerra, as engrenagens para as transformações logísticas e culturais exigidas pelo conflito internacional. Isto pode fazer com que o militar brasileiro vivencie uma frustração vocacional, incerto de suas atribuições, confuso sobre os objetivos institucionais, distantes dos divulgados na mídia. Porém, em nome da perspectiva da guerra, ele é conclamado a se encaixar em uma forma, sentindo-se inferiorizado ao ser levado a crer que ele é o errado por não se enquadrar e ainda cometer falhas. Erros que, na verdade, são identificados por um crivo inventado pelo contexto social, cultural, político e econômico.

Se tiver guerra, tomara que eu já esteja na reserva [aposentado]. Eu é que não encaro os navios que a Marinha tem: falta graxa, não tem peça, é tudo sucateado, toda hora quebra. O navio mal sai da Baía [Baía de Guanabara, Rio de Janeiro] e é obrigado a voltar pra consertar. É uma vergonha! Tem mais Corolla [modelo de carro] pra Almirante do que navio. Pro Cisne Branco [veleiro da MB], que é navio de passeio, de exibição, tem verba! Nossos navios tão caindo aos pedaços.

DISCUSSÃO

No decorrer desse estudo examinou-se que o beber e os comportamentos “marginais” associados a esse uso fazem parte de um fenômeno que pode estar comunicando questões que vão além dos fatores que costumam ser objeto de discussão nas sessões de grupoterapia, relacionados aos aspectos psicológicos ou orgânicos dos pacientes do CEDEQ. De fato, são mensagens que podem ser decifradas nas entrelinhas, sinalizando que esses “desvios” têm uma história e que são a expressão de um desconforto mais amplo de ordem sociocultural.

São comportamentos contraditórios que encontram uma forma de desabafar, tal qual uma experiência catártica que deixa vir à tona um grito sufocado. O consumo abusivo do álcool torna-se um sintoma denunciador da presença de tensões nas relações de poder, de dominação. O seu consumo parece servir para suavizar os embates existentes desde a época do recrutamento militar forçado, à caça da “escória” para completar as fileiras desguarnecidas, sob a mira da chibata. Álcool que serve de bálsamo às minorias, herdeiros de um estigma nefasto de outrora que, insidiosamente, se transfere para a experiência atual, produzindo efeitos negativos, sobretudo às Praças da MB que são pacientes do CEDEQ.

O termo *comportamento ético naval* foi proposto para enfatizar a amplitude que ele tem na vida do militar nas mais diversas experiências do cotidiano laboral. Trata-se de um comportamento imiscuído à jornada de trabalho que abarca, não apenas o momento da ingestão da substância em si, mas que se encontra presente em diversas situações do dia-a-dia. Ele tem início com o planejamento, em grupo, de oportunidades de beber, até a sua materialização: o ato de beber propriamente dito.

Neste exame, destacou-se o descompasso entre as expectativas que a instituição tem dos militares e as reais possibilidades deles corresponderem, o que os leva a cometerem sucessivas falhas, muitas delas associadas ao uso do álcool. Acredita-se que, em muitos casos, a violação das normas e regras pode indicar a existência de conflitos perante os preceitos institucionais. Contribuindo para retroalimentar esta ciranda mórbida, a lógica do castigo subsiste, muitas vezes, aplicada de forma arbitrária, visando o controle desses indivíduos que desestabilizam o funcionamento da estrutura naval. Verificou-se que o militar do século XXI, ainda discrepante do protótipo de soldado-cidadão idealizado, compõe uma legião de desviantes, reproduzindo a mecânica de outrora, revelando que resquícios do passado são atualizados no presente.

Distanciados do modelo tradicional, historicamente fabricado, os pacientes do CEDEQ são porta-vozes fardados de um questionamento mais amplo, colocando-se em relêvo o de ordem vocacional. Na prática, constatou-se o quanto é difícil corresponder a um protótipo alienígena de ser um combatente pronto para sacrificar a vida pela pátria, de lutar por objetivos que lhes são obscuros.

De fato, os riscos diários experimentados em seu bairro residencial lhes são mais palpáveis, onde a insegurança pública é evidente! Legião de inadaptados, marcham desengonçados trajando fardas amarrotadas que mal camuflam as tensões diárias dos combates domésticos de proporções consideráveis. Quimeras sonhadas de atos heróicos, vencendo o mar bravio com espada em punho, lutando por gloriosos ideais, fazem parte de um mundo onírico pretérito que se esvaiu. Visões heróicas de uma “vida pirata” são meras iscas que mesmerizam neófitos, atraindo-os para o escritório real da Marinha da “papelada”, que enfrenta a batalha diária dos documentos e carimbos. A Marinha da “canetada”, calcada nos regulamentos, é mais palpável do que a guerra dos tanques e canhões.

Outro aspecto de destaque se refere ao momento em que o “comportamento ético” passa a ser repudiado, tornando-se desvio. Na verdade, enquanto que, do ponto de vista orgânico, o indivíduo vai desenvolvendo a tolerância, precisando cada vez mais da substância para obter os mesmos efeitos desejados, a (*in*)tolerância institucional ao seu consumo também parece progredir, deixando de ser apoiado para ser repellido: a tradição é substituída pela punição. A ação química do álcool sobre o comportamento age como “gatilho”, acionando questões mais profundas da instituição e da corporação, desnudando temas-tabu atinentes às diferenças de tratamento entre Praças e Oficiais, tornando-os “audíveis”. Conforme Becker (1963) esclarece, o grau em que um ato é tratado como desviante não depende tão somente de quem o comete, mas também de quem se sente prejudicado por ele. Isso explica o porquê de muitos militares beberem a bordo, inclusive causando prejuízos administrativos e militares, mas nem por isso serem rotulados como problemáticos. Somente serão estigmatizados, quando os erros cometidos ocorrerem com significativa frequência e de modo exacerbado, impossibilitando o seu mascaramento e, sobretudo, se esta situação colocar em cheque a liderança do Comando. Segundo os relatos dos pacientes, o sujeito até pode se embriagar e trazer

problemas no trabalho, mas se ele ficar quieto, recolhido no alojamento, disfarçando sua condição de bêbado, a concepção geral é a de que ele “sabe beber”. Porém, caso ele exponha abertamente o seu estado, deixando o Comando em evidência, este será compelido a puni-lo ostensivamente, e o militar será enquadrado, rotulado e punido.

Na realidade, o que se quer evitar não é o beber a bordo, mas o estado de embriaguez, ponto de inflexão a partir do qual a ocorrência de uma contravenção disciplinar se evidencia. Parece escapar à análise das autoridades navais de hoje e de outrora que a questão da embriaguez é parte de um problema de maiores dimensões e consequências. Inclusive, por muito tempo, o uso de etílicos foi considerado um fator atenuante no julgamento das sentenças segundo os Artigos de Guerra, somente passando a ser visto como agravante nos Códigos Penal e Disciplinar da Armada (Brasil, 1914).

CONCLUSÃO

O exame dos significados dos comportamentos etílicos dos pacientes do CEDEQ procurou servir de modelo explicativo, de gabarito em pequena escala, aplicável a uma configuração mais ampla e complexa: o contingente naval brasileiro. As suas experiências com etílicos foram vistas como uma comunicação a ser decifrada, na busca de que o alcoolismo e os atos desviantes associados fossem inteligíveis no interior de um fluxo de comportamentos que articulam um sentido (Geertz, 1978).

Ao ser decifrada, constatou-se que a bebida alforria uma voz, vozes do mar, brados saudosos dos tempos em que os marujos eram desbravadores dos oceanos virgens, inaugurando diferentes perspectivas. Uma era que ficou restrita às telas de cinema encenadas por heróis que inspiram o imaginário dos calouros. Um sonho pueril que se frustra ao se defrontar com o cotidiano administrativo nada romântico. Homem apequenado, formatado, inconformado, é “liberto” pela bebida. Submerso no álcool, ele se agiganta, se pensa grande, volta a ser o rei dos mares. Bebida sacrossanta que libera uma fala: do bebedor e do escritor!

REFERÊNCIAS

- Arias Neto, J. M. (2001). *Em busca da cidadania: Praças da Armada Nacional 1867-1910*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Barth, F. (2000). A análise da cultura nas sociedades complexas. In: T. Lask (Org.), *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. (pp. 107-140). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Ltda.
- Bauman, Z. (2005). *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Zahar Ed.
- Becker, H. S. (1963). *Outsiders: Studies in the sociology of deviance*. New York: Free Press.
- Becker, H. S. (1977). *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar Ed.
- Blumer, H. (1986). *Symbolic interaction: Perspective and method*. Berkeley: University of California Press.
-

- Brasil (1841). *Artigos de guerra*. Lisboa: Galhardo e Irmãos.
- Brasil (1914). *Códigos penal e militar da Armada*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- Brasil (1980). *Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980*. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha.
- Brasil (1983). *Decreto nº 88.545, de 26 de junho de 1983*. Aprova o Regulamento Disciplinar para a Marinha e dá outras providências. Brasília: Presidência da República.
- Brasil (1987). *Decreto nº 95.480 de 13 de dezembro de 1987*. Aprova a Ordenança Geral para o Serviço da Armada. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha.
- Centeno, M. A. (2002). *Blood and debt: War and the nation-state in Latin America*. University Park, Pennsylvania: Pennsylvania State University Press.
- Douglas, M. (1987). *Constructive drinking: Perspectives on drink from Anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Durkheim, E. (1979). *Suicide: A study in sociology*. New York: Free Press. (Original publicado em 1897).
- Elias, N. (1987). *A Sociedade de corte*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Elias, N. (2001). Estudos sobre a gênese da profissão naval: Cavalheiros e tarpaulins. *Mana Estudos de Antropologia Social*, 7(1), 89-116.
- Elias, N. & Scotson, J. L. (2000). *Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar Ed.
- Fainzang, S. (2007). *Curar-se do álcool: Antropologia de uma luta contra o alcoolismo*. Niterói. Intertexto.
- Fossey, E.; Harvey, C.; McDermott, F. & Davidson, L. (2002). Understanding and evaluating qualitative research. *Australian and New Zealand Journal of Psychiatry*, 36, 717-732.
- Foucault, M. (2007). *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- Geertz, C. (1973). *The interpretation of cultures*. New York: Basic Books, Inc.
- Gilbert, F. (2001). Maquiavel: O renascimento da arte da guerra. In: P. Paret (Ed.), *Construtores da estratégia moderna: De Maquiavel à era nuclear*. (pp. 27-53). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora.
- Goffman, E. (1992). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Editora Perspectiva. S.A. (Original publicado em 1961).
- Greenhalgh, J. F. L. (1998). *Presigangas e calabouços ou prisões da Marinha no Século XIX*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha.
- Halpern, E.E.; Ferreira, S.M.B. & Silva Filho, J.F. (2008). Os efeitos das situações de trabalho na construção do alcoolismo de pacientes militares da Marinha do Brasil. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 11(2), 273-286.
-

- Hughes, E. C. (1960). Introduction: The place of field work in social science. In: B.H. Junker *Field work: An introduction to social sciences*. (pp. iii - xiii). Chicago: University of Chicago Press.
- Huntington, S. P. (1997). *O soldado e o estado*. Rio de Janeiro: Bibliex.
- Malinowski, B. (1984). *Argonauts of the Western Pacific*. Illinois: Waveland Press Inc. (Original publicado em 1922).
- Marinha do Brasil. (2007). *Guia para estudos de estratégia- EGN-304B* [Mimeo]. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval.
- McBeth, M. G. (1977). The Brazilian recruit during the First Empire: Slave or soldier? In: D. Alden & W. Dean (Ed.), *Essays concerning the socioeconomic history of Brazil and Portuguese India*. (pp. 71-86). Gainesville: The University Presses of Florida.
- Mead, G. H. (1982). *The individual and the social self: Unpublished essays by G. H. Mead*. Chicago: University of Chicago Press.
- Mendes, F. F. (1998). A economia moral do recrutamento militar no Império brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [online], 13 (38). Recuperado em 10 de setembro, 2010, da Scielo (Scientific Electronic Library On line): www.scielo.br.
- Minayo, M.C.S. (2006). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde*. (9ª ed.). São Paulo: Hucitec.
- Minayo, M.C.S.; Deslandes, S.F. & Gomes, R. (2007). *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade*. (26ª ed.). Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Neves, D. P. (2003). Apresentação do dossiê: Maneiras de beber: Proscrições sociais. *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política*, 15, 11-18.
- Neves, D. P. (2004). Alcoolismo: Acusação ou diagnóstico? *Cadernos de Saúde Pública*, 20 (1), 7-36.
- Palmer, R. R. (2001). Frederico, o grande, Guibert, Bülow: Da guerra dinástica à guerra nacional. In: P. Paret (Ed.), *Construtores da estratégia moderna: De Maquiavel à era nuclear*. (pp. 27-53). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora.
- Rodrigues, F. L. (2004). *Vozes do mar: O movimento dos marinheiros e o golpe de 64*. São Paulo: Cortez.
- Schwandt, T. A. (1997). *Qualitative inquiry: A dictionary of terms*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Schulz, J. (1994). *O Exército na política: Origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Spradley, J. (1979). *The ethnographic interview*. Texas: Harcourt Brace.
- Tesch, R. (1990). *Qualitative research: Analysis types and software tools*. New York: Falmer.
- Tilly, C. (1996). *Capital, coerção e estados nacionais*. São Paulo: EDUSP.
-

- Velho, G. (1981). O estudo do comportamento desviante: A contribuição da Antropologia social. In: G. Velho (Org.), *Desvio e divergência: Uma crítica da patologia social*. (pp. 11-28). Rio de Janeiro: Zahar Ed.
- Velho, G. (1994). A dimensão cultural e política dos mundos das drogas. In: A. Zaluar (Org.), *Drogas e cidadania: Repressão ou redução de risco*. (pp. 23-30). São Paulo: Brasiliense.
- Weber, M. (1994). *Sociological writings*. (Vol. 60). New York: Continuum International Publishing Group.
- Whitley, R. & Crawford, M. (2005). Qualitative research in Psychiatry. *Canadian Journal of Psychiatry*, 50 (2), 108-114.
- Whyte, W. F. (2005). Sociedade da esquina [Street corner society]: A estrutura de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro: Zahar Ed. (Original publicado em 1943).
- Yin, R. K. (2005). *Estudo de caso: Planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.

Recebido em 20/10/10
Revisto em 21/06/11
Aceito em 30/04/11